

criação responsável, a esterilização e a reprodução assistida, devem encontrar na parteira uma profissional sensível e preparada, capaz de realizar uma acção educadora eficaz no casal que a procura.

O inevitável pluralismo ético devido ao mosaico multicolor de raças, culturas e religiões que o mundo actual representa, exigirá, da parte dela, uma grande prudência e equilíbrio. Na verdade, se, por um lado, há valores objectivos em que acreditar e por cuja defesa lutar, por outro, não se pode impor a ninguém as opções pessoais. Então, será necessário encontrar nos códigos de deontologia o primeiro ponto de referência, o «mínimo denominador comum ético» a atingir. Mas, além disso, será preciso inspirar-se diariamente nas raízes mais profundas da própria opção profissional ao serviço da vida.

Conhecimento cultural. Trata-se de um ponto, cuja importância não pode ser ingenuamente subavaliada. A parteira actual tem de assistir, diariamente, africanas, mulheres de culturas profundamente diferentes: indianas, mauritanas, filipinas, muçulmanas, ciganas, para nos limitarmos aos casos mais frequentes na Europa. Isto significa que, para se poder estabelecer e manter a «proximidade» necessária com a mulher, a parteira não poderá desinteressar-se de todo o lastro cultural destas mulheres que, aliás, tem muitíssima importância, num momento tão marcante como o do parto.

A aproximação à diversidade deverá ser feita com muito respeito e abertura mental, pois nenhuma cultura é «superior» às outras, nem mesmo, obviamente, a nossa ocidental. Nem as outras culturas se poderão considerar «retrógradas», em relação à nossa: furar as orelhas das recém-nascidas (acto, frequentemente, praticado pelas parteiras) não é menos bárbaro do que algumas escarificações rituais das culturas africanas.

Portanto, deverão ter-se em conta algumas exigências religiosas que rodeiam

o nascimento, em povos diferentes do nosso, como, por exemplo, a circuncisão entre os Judeus ou o rito *ashanti* do reconhecimento paterno da «criança-espírito» que, depois do nascimento, pode tornar-se «criança-ser humano».

Por fim, o conhecimento dessas culturas poderá evitar «gafes» inúteis, como, por exemplo, exortar uma mulher muçulmana a amamentar o filho ao peito, uma vez que o Alcorão tem uma legislação especial a esse respeito, ou admirar-se pelo facto de as ciganas terem dificuldade em deixar-se internar, dado que só a última ou as duas últimas gerações de mulheres ciganas começaram a dar à luz fora da sua comunidade.

[→ Direito à Vida; Direitos do Embrião; Esterilização; Interrupção Voluntária da Gravidez; Médico/Paciente; Mulher; Vida Pré-Natal].

BIBL. - SPEERT, H. - *Histoire illustrée de la gynécologie et de l'obstétrique*. Paris: Dacosta, 1973, p. 67-68. PLAZZA, G. - *I riti per la nascita*. Milano: Vita e Pensiero, 1974. LA CULTURA del parto. Milano: Feltrinelli, 1985. FORLEO, R.; BAIOCOCCO, F.; FERRAROTTI, M. - *Manuale di assistenza alla nascita*. Palermo: COFESE, 1984.

S. Leone

OCEANOS

1. Oceanos, berço da vida. O nosso planeta nasceu da aglomeração de poeira e gás estelar há uns 4.500 milhões de anos. A sua superfície, arrefecida por precipitação abundante, lentamente se tornou em cadinho gigantesco onde a alquimia da vida experimentou inúmeras combinações. Assim, mil milhões de anos depois, a radiação solar e as descargas eléctricas combinaram, na atmosfera ainda quente, átomos de oxigénio, hidrogénio e azoto, caminho para a saída do

inanimado. Num oceano baixo e morno acumulou-se uma "sopa" de moléculas orgânicas a que o tempo e a lei das probabilidades conferiram capacidade de se replicarem. Assim nascia a vida. As moléculas tornavam-se mais complexas e assumiam a forma de células e estas agregaram-se formando seres multicelulares. A vida permaneceu e diversificou-se no mar e, há quinhentos milhões de anos, já os grandes grupos (filos) que até nós chegariam se haviam estabelecido; outros, preservados na rocha, representam apenas caminhos abortados nas experimentações da vida (Gould, 1989). Cem milhões de anos depois, a vida vegetal aventurava-se em terra firme e preparava o caminho para a invasão animal. Mas quando a vida animal deixou o mar para conquistar a terra, teve que trazê-lo consigo numa casca de ovo. E para gerar filhos, a mulher teve que os envolver, dentro de si, na fecunda protecção das águas. O mar continuou a ser o repositório da enorme variabilidade da vida. Dos trinta e três filos de animais, apenas um é exclusivamente terrestre, enquanto que quinze são exclusivamente marinhos (Norse, 1993); e, como aconteceu com baleias e golfinhos, ao mar regressaram alguns grupos que primeiro haviam evoluído em terra.

2. A acção destruidora do Homem.

O aparecimento da vida foi marcado pela acção de forças extremas e o caminho por ela trilhado até aos nossos dias sofreu violência. Por cinco vezes, condições abióticas espalharam sobre a terra a destruição e a morte, levando a vida às portas da extinção. Trilobitas e dinossáurios são apenas os elementos mais mediáticos desse grande rol de desaparecidos, e crê-se que hoje vivam apenas 5% do total das espécies já alguma vez aparecidas sobre a terra (Jablonski, 1993). Nos nossos dias, uma nova crise da vida está em eclosão, desta feita causada por uma das

suas criaturas: o homem. Desde que o seu rasto se tornou visível na terra, o homem vem-se associando ao estigma da destruição, prenunciado numa interpretação liberal da história de Caim e Abel. A extinção dos grandes mamíferos, na América do Norte, coincidiu com a chegada dos caçadores Paleo-Índios e com o fim do último ciclo glacial; os mamutes, que haviam resistido aos 22 ciclos glaciais anteriores, aparentemente não puderam ultrapassar o factor humano. E com a facilidade de deslocação e a sofisticação da arte de caçar, o homem foi abrindo o seu caminho através da história da vida à força da catana e do fogo, por necessidade ou por extravagância. Avalia-se que, por ano, se extingam, em nossos dias, umas 27.000 espécies. O que antes levava milhões de anos a acontecer foi acelerado pela acção humana a um ritmo mil a dez mil vezes superior, ombreado assim com qualquer das grandes crises de extinção da história da vida (Wilson, 1988; Dorozynski, 1993). Os números alarmantes referentes à extinção actual dos seres vivos no planeta provêm de estudos feitos sobretudo em florestas tropicais, onde a biodiversidade é muito grande. Da diversidade biológica real dos oceanos muito se assumiu, mas muito menos se sabe; no entanto, também se vai reconhecendo que a variedade dos recifes de coral rivaliza com a das florestas amazónicas e que os grandes fundos marinhos não são tão homogêneos quanto se julgava (Poore & Wilson, 1993; Gage & May, 1993). Por seu lado, os problemas de extinção têm sido publicitados sobretudo nos mamíferos e aves marinhas, escasseando assim números reais relativos aos efeitos destruidores sobre a fauna e a flora marinhas. Porém, golfinhos e garajaus ocupam o topo da pirâmide alimentar e a sua sobrevivência depende, mais ou menos directamente, do equilíbrio das micro-comunidades que os sustentam. Estas são, todavia, fre-

quentemente ignoradas porque, em grande parte, são desconhecidas (Ray, 1988).

Sessenta por cento da população mundial vive a menos de sessenta quilômetros da costa. O oceano, na sua imensidão, é naturalmente visto quer como uma fonte infinda de alimentos, quer como uma lixeira sem limites. Cerca de oitenta e sete por cento das capturas totais de pescado provêm dos nove por cento de fundo oceânico que são a plataforma continental (Péres, 1987). Superexploração e destruição da zona costeira, por um lado, e, sobretudo, poluição química e orgânica provenientes das mais diversas origens terrestres, afectam negativamente o equilíbrio biológico dos ecossistemas marinhos. Por outro lado, as emissões gigantescas de dióxido de carbono, pelo efeito de estufa que causam, fazem subir a temperatura global do planeta, e as concentrações anormais de CFC, destruindo a camada de ozono, deixam a vida desprotegida, à mercê das radiações solares. Tais perturbações são directamente sentidas no oceano, sobretudo nos níveis mais elementares da cadeia trófica (Norse, 1993).

3. A ameaça de autodestruição.

Como os golfinhos e os garajaus, o homem ocupa o topo da pirâmide alimentar. Mas, diferentemente deles, o homem afecta todos os patamares dessa pirâmide, directa ou indirectamente. Pela sobreexploração, retira a um ritmo superior àquele a que é possível a regeneração. Pela grande variedade de poluição, afecta e destrói comunidades inteiras, cada vez menos localizadamente, alterando assim as componentes biológicas que milhões de anos haviam criado em equilíbrio. Destruindo a camada de ozono, expõe às radiações e às consequências de mutações genéticas o mundo minúsculo do plâncton, suporte de toda a vida marinha e pulmão invisível da atmosfera. Corroendo a base, o homem provocará o

ruir estrondoso da pirâmide (Kaufman, 1993). A agitação mundial à volta do problema da conservação da biodiversidade não tem impedido o seu agravamento e alguns sectores da ciência encaram o futuro com reservado optimismo (Wilson, 1992, Ehrenfeld, 1993).

A vida ressurgiu das cinzas de cinco grandes crises e mostra-se-nos ainda deslumbrante e gloriosa. Mas foram necessários milhões de anos para que tal acontecesse. No caso de extinção global, se tardar uma mudança substancial de atitude por parte do homem, baratas e escaravelhos terão mais hipóteses de sobrevivência que a espécie humana. E pode acontecer que, daqui a muitos milhões de anos, os sobreviventes dos seus sobreviventes se venham a maravilhar perante os fósseis de estranhos bipedes de enorme capacidade craniana, preservados nos xistos de um novo Burgess. E neles jazerão, aprisionados e cristalizados, o infinito dos sonhos e a profundidade do pensamento duma espécie que, na sua imaginação conquistou as estrelas e na sua mente dominou o universo, mas que, na realidade, não terá conseguido encontrar a fórmula para a sua própria sobrevivência.

4. A relação do homem com a natureza: dimensão ética.

É, pois, a atitude do homem face à vida que importa alterar. E o seu comportamento perante os oceanos integrar-se-á no relacionamento geral a manter com a natureza, com a particularidade de que os oceanos permanecem mais distantes e desconhecidos ao homem, pelo que mais vulneráveis, ao mesmo tempo que mais determinantes para o equilíbrio ecológico que o sustenta, pelo que carecendo de uma intervenção protectora mais urgente.

A relação do homem com a natureza não foi uniforme ao longo da sua história. O temor e veneração que caracterizaram o primeiro olhar do homem sobre ela, ce-

deram progressivamente lugar à admiração e harmonia, à medida que ele foi descobrindo as leis do dinamismo natural e desvendando os segredos da co-existência. O homem apreende-se então como parte integrante do mundo da vida e, cada vez mais, como micro-cosmos no seio do macrocosmos. Ele vive um sentimento de pertença à natureza e de integração no desenvolvimento geral da vida, que o espírito ecológico procura hoje recuperar.

Sucessivamente, o conhecimento que o homem procura da natureza alarga-se a novos domínios, aprofunda-se numa maior especialização e objectiva-se numa crescente exigência de rigor. Este conhecimento converte-se em poder e a atitude do homem perante a natureza é, agora, inequivocamente, a de dominação. Vigora, então, uma perspectiva antropocêntrica, fundada na afirmação da supremacia do homem sobre os demais seres, enquanto ser espiritual, ente de razão e único sujeito de valores, perspectiva que determina o sentido da acção humana sobre a vida. Este modelo de relacionamento do homem com a natureza, que prevaleceu ao longo dos últimos séculos, é hoje posto em causa em virtude de ter conduzido a uma sobreexploração da natureza, que ameaça o seu equilíbrio e, conseqüentemente, as condições de sobrevivência do homem. No que se refere aos oceanos, esta exploração verificou-se, sobretudo, a nível dos recursos vivos (mamíferos, peixes, crustáceos, moluscos), cuja escassez é já óbvia em várias espécies, tendo já mesmo algumas sido extintas. Simultaneamente, os oceanos têm também sido abusivamente utilizados como depósito de lixo (degradável) na crença utópica de que se auto-regenerarão ou que manterão os desperdícios (tóxicos e nucleares) permanentemente distantes do homem.

Gera-se então e desenvolve-se rapidamente um movimento ecológico que, partindo das informações da ciência sobre as relações dos organismos vivos

com o mundo exterior (ecologia), e na sua expressão mais moderada, propõe um modelo de gestão no relacionamento com a natureza. Isto é, o homem continuará a usufruir da natureza controladamente, gerindo e potencializando aquilo de que a natureza dispõe. Calcula-se então o valor económico que os oceanos possuem pela produção de pescado, de óleo, de gás, de minerais, de energia, pela sua utilização pelas indústrias e como via de comunicação, pelo seu uso recreativo. Multiplica-se, por isso, a legislação de controlo da sua exploração.

Entretanto, hoje, repensa-se também o relacionamento do homem com a natureza a partir da consciencialização do valor intrínseco da vida, em toda a sua diversidade, o que, por sua vez, exige do homem uma acção determinada não apenas pelo interesse, mas também pelo dever. A acção humana sobre a vida encerra uma dimensão ética inequívoca. Esta é também uma ocasião para a radicalização da perspectiva ecológica, por exemplo, através do movimento da "ecologia profunda" (*deep ecology*) e o extremismo de um ecocentrismo fundado num igualitarismo biocêntrico: toda a vida vale igualmente. Neste sentido, o homem não deverá afectar a vida dos oceanos, sob forma alguma, deixando que os sistemas de auto-regulação actuem.

Quaisquer que sejam as motivações que regem a relação do homem com a natureza, o imperativo de protecção dos oceanos é hoje inegável: porque a sobrevivência do homem está cada vez mais ameaçada, porque os oceanos perdem valor económico, porque a diversidade de vida que eles encerram constitui um valor insubstituível. A protecção dos oceanos, da vida, revestir-se-á de uma dimensão ética, dependendo da natureza da sua fundamentação. Mais do que recorrer ao princípio do desenvolvimento sustentado, que se refere à protecção da natureza como condição da própria so-

brevivência humana e da sua qualidade de vida, faremos antes apelo ao princípio do valor intrínseco da natureza, que se refere ao carácter inviolável (sagrado) da vida na pluralidade das suas expressões; ou ao princípio da vulnerabilidade, que se refere à fragilidade do existente e à solicitude de protecção que decorre do seu carácter perecível; ou ao princípio da responsabilidade, que se refere ao dever que temos de cuidar dos bens que não nos pertencem, mas que nos estão confiados, e de que teremos que prestar contas às gerações futuras, num reviver da sabedoria que a "parábola dos talentos" nos transmite.

[→ Ecologia; Qualidade de Vida].

BIBL. - DOROZYNSKI, A. - 50 000 espèces en moins chaque année. *Science & Vie*. 908 (1993) 88-94. EHRENFELD, D. - Life en the Next Millennium. In Kaufman, L. & K. Mallory, ed. - *The last extinction*. Cambridge; Massachusetts: Mit Press (1993) 195-214. FRANKEL, Ernest G. - *Ocean Environmental Management: A primer on the role of the oceans and how to maintain their contributions to life on earth*. New Jersey: Prentice Hall PTR, Englewood Cliffs. GAJE, J.D. & R.M. May - A dip into the deep seas. *Natura*. 365 (1993) 609-610. GOULD, S.J. - *Wonderful life. The burgess shale and the nature of history*, 1989. (Vida Maravilhosa. Trad. para português de P.C. Oliveira. São Paulo: Editora Schwarez, Lda., 1990). JABLONSKY, D. - Mass extinctions: New answers, new questions. In Kaufman, L. & K. Mallory, Ed. *The last extinction*. Cambridge; Massachusetts: Mit Press (1993) 47-68. KAUFMAN, L. - Why the ark is sinking. In Kaufman, L. & K. Mallory, ed. - *The last extinction*. Cambridge, Massachusetts: Mit Press (1993) 40. NORSE, E. A., ed. *Global narrow biological diversity: Strategy for building conservation into decision making*. Washington. D.C.: Island Press (1993) 184-190. PATRÃO-NEVES, M. - Ética e Ambiente. *Ética da Vida. Vitalidade da Ética*. Porto: Universidade Católica Portuguesa (1997) 145-163. PERÉS, J. M. - *La mer*. Paris: Ed.

Seghers. POORE, G.C. B. & G.D. F. Wilson - Reply R. M. May. Marine species richness. *Nature*. 361 (1993) 597-598. RAY, G. C. - Ecological diversity in coastal zones and oceans. In Wilson, E. O., ed. - *Biodiversity*. Washington: National Academy Press (1998) 36-450. RE-NAUD, M. - Ética e ecologia. *Brotéria*. 146 (1998) 65-85. WILSON, E. O. - The current suite of biological diversity. In Wilson, E. O., ed. - *Biodiversity*. Washington: National Academy Press (1988) 3-18. WILSON, E. O. - *The diversity of life*. New York: W.W. Norton & Company, 1992. SCHÄFER-GUIGNIER, Otto - *Ecologia e Cristianismo*. Vila Nova de Gaia: Editorial Perpétuo Socorro, 1999.

M. Patrão Neves - A. F. Martins

OPINIÃO PÚBLICA

1. O conceito filosófico de opinião.

No âmbito da história do pensamento ocidental, o estatuto da opinião (*doxa*) define-se em contraposição ao de verdade (*episteme*). Pode mesmo dizer-se que a filosofia nasce, precisamente, no momento em que surge essa distinção entre a opinião e a verdade: a primeira está ligada aos sentidos, à experiência; a segunda, ao pensamento (*logos*). A opinião é um tipo de conhecimento que não contém nenhuma garantia de verdade e quem quisesse ater-se a ela iria contra a razão. A contraposição torna-se mais evidente em Parménides, que concebe o ser uno, imutável, eterno: a verdade «tem um coração que não treme», enquanto a experiência dos sentidos, que testemunha a multiplicidade e o devir, é apenas opinião falaz.

A própria contraposição é ainda realçada por Heráclito, quando diz que «todas as coisas são um». Essa é a verdade; por isso, todos os que afirmam coisas de modo diferente vivem na opinião, como que num sonho, isto é, numa verdade pessoal, individual, ao passo que o logos é universal.